

O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ana Lúcia das Chagas Santos¹

Orientador: Dr. Estanislao Barrientos Giménez²

Resumo

O artigo, intitulado com “O desenvolvimento do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa nos níveis da Educação Básica”, tem como principal objetivo descrever o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa nos níveis da Educação Básica nas escolas públicas do município de Mauriti/Ceará – Brasil, conforme as considerações apresentadas por alunos e professores das escolas pesquisadas e a bibliografia existente sobre o ensino da Língua Portuguesa, como as concepções de Kant (1996), Morin (2000), Mendonça (2006), Silva (2013), entre outros. Optou-se por uma pesquisa de campo, com metodologia de cunho quantitativo e tipo descritivo, com alunos e professores de oito (08) escolas públicas municipais e estaduais, no município de Mauriti-Ce/BR, sendo considerada uma turma do último ano/série de cada nível: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e seus respectivos professores de Língua Portuguesa. Para a coleta dos dados fez-se uso da observação não participativa nas turmas da Educação Infantil e aplicação de questionário com perguntas objetivas nas turmas do Ensino Fundamental e Médio. Ponderando-se que o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa nos níveis da Educação Básica nas escolas públicas do município está contribuindo para o desenvolvimento humano integral dos mauritienses, nos aspectos linguístico-cultural, afetivo-emocional, social, ainda que, com algumas práticas a serem reconsideradas.

Palavras-Chave: Ensino-aprendizagem. Língua Portuguesa. Educação Básica.

Abstract

El artículo, titulado con "El desarrollo de la enseñanza y el aprendizaje de la Lengua Portuguesa en los niveles de Educación Básica", tiene como objetivo describir el desarrollo de la enseñanza y el aprendizaje de la Lengua Portuguesa en los niveles de Educación Básica en las escuelas públicas del municipio Mauriti / Ceará - Brasil, de acuerdo con las consideraciones presentadas por los estudiantes y profesores de las escuelas encuestadas y la literatura existente sobre la enseñanza del portugués,

¹ Doutora em Ciências da Educação (UTIC-PY), Mestra em Ciências da Educação (UTIC-PY), Especialista em Ciências da Educação (FASP –PB/BR), Gestão, Orientação, Inspeção e Supervisão Escolar (IESMIG/MG) e Língua Portuguesa (UNIVERSO-RJ/BR), Graduada em Pedagogia (UVA-CE/BR) e Língua Portuguesa – Inglês (URCA-CE/BR), Professora (nível superior, médio e fundamental). Email: annachagassantos@gmail.com

² Doutor em Ciências da Educação (UTIC-PY), Especialista em didática do Ensino Superior e Metodologia da Investigação Científica (UTIC-PY), graduado em Sociologia (UCA-PY), professor universitário. Email: estanislaoarrientos@hotmail.com

como las concepciones de Kant (1996), Morin (2000), Mendonça (2006), Silva (2013), entre otros. Se optó por una investigación de campo, con metodología de cuño cuantitativo y tipo descriptivo con alumnos y profesores de ocho (08) escuelas públicas municipales y estatales, en el municipio de Mauriti-Ce / BR, siendo considerada una clase del último año / serie cada nivel: Educación Infantil, Enseñanza Fundamental y Enseñanza Medio y sus respectivos profesores de Portugués. Para la recolección de los datos se hizo uso de la observación no participativa en las clases de Educación Infantil y aplicación de cuestionario con preguntas objetivas en las clases de la Enseñanza Fundamental y Medio. Teniendo en cuenta que el desarrollo de la enseñanza y el aprendizaje de la Lengua Portuguesa en los niveles de Educación Básica en las escuelas públicas de la ciudad está contribuyendo a la el desarrollo humano integral de los mauritienses, en los aspectos lingüístico-cultural, afectivo-emocional, social, todavía que, con algunas prácticas a ser reconsideradas.

Palabras clave: Enseñanza-aprendizaje. Lengua Portuguesa. Educación Básica

1. Introdução

A educação, como premissa da concepção do homem, abrange os processos de formação do indivíduo em seu meio, já que pelo simples fato de existir socialmente, estes se tornam inevitáveis e necessários, ocorrendo em e através de diversas instituições e atividades sociais, a partir de organizações econômicas, políticas, religiosas, culturais, entre outras.

Sarti (2003, p. 49) diz que

A educação é um fenômeno social, o que significa dizer que ela é parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas, e culturais de uma determinada sociedade. (...) Assim as finalidades e meios da educação subordinam-se à estrutura e dinâmicas das relações entre as classes sociais, ou seja, são socialmente determinadas.

Nessa perspectiva, se pode compreender que a educação se estabelece a partir de uma prática educativa que se dá em instituições específicas, escolares ou não, com finalidades exclusivas de ensino, mediante uma ação consciente, planejada, direcionada, ainda que arraigada aos processos ditos de formação social geral.

Atualmente o sistema educacional brasileiro se encontra estruturado em dois níveis: a Educação Básica, a qual se constitui objeto de estudo dessa investigação e a Educação Superior. É através da escolarização básica que o ser social se instrui, a fim de que possa, de forma crítica e consciente, interpretar e agir em outras vivências educativas. Acreditando-se não ser possível existir participação efetiva dos

sujeitos e/ou grupos nas decisões que determinam a existência de uma sociedade, sem a educação intencional e sistematizada procedente da educação escolar.

Cury (2007) considera o conceito de Educação Básica definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/96) um conceito novo e esclarece que

A Educação Básica é um conceito mais do que inovador para um país que por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar. Resulta daí que a Educação Infantil é a base da Educação Básica, o Ensino Fundamental é o seu tronco e o Ensino Médio é seu acabamento, e é de uma visão do todo como base que se pode ter uma visão consequente das partes. A Educação Básica torna-se, dentro do art. 4º da LDB, um direito do cidadão à educação e um dever do Estado em atendê-lo mediante oferta qualificada. E tal o é por ser indispensável, como direito social, a participação ativa e crítica do sujeito, dos grupos a que ele pertença, na definição de uma sociedade justa e democrática. (Cury, 2007 apud DCNEM, 2013, p. 168)

De forma que, nesse ensejo se faz saber que, tal proposta educativa só se efetiva a partir da prática docente, atividade realizada pelo protagonista dessa ação, no que diz respeito à sua funcionalidade, em dois processos distintos: o de ensinar e o de aprender, os quais podem e devem acontecer concomitantemente para os agentes envolvidos diretamente nessas ações, principalmente para a pessoa do professor, assim como declara o grande mestre Paulo Freire (1996, p. 12) que “não há docência sem discência”, ou seja, não devia haver.

Sabe-se, porém, que os atos de ensinar e aprender se encontram inter-relacionados, embora não impliquem em sinônimos; se tendo na prática a literalidade dos termos: ensinar e aprender. Mas o conceito de ensino a ser considerado neste estudo referente aos níveis da Educação Básica será o defendido por Frade (2007) que o define como

[...] um conjunto amplo de decisões relacionadas ao como fazer e implica decisões relativas a métodos, à organização da sala de aula e de um ambiente de letramento, à definição de capacidades a serem atingidas, à escolha de materiais, de procedimentos de ensino, de formas de avaliar, sempre num contexto da política mais ampla de organização do ensino [...]
(Frade, 2007, p. 29).

O que de fato se considera estruturar a prática docente, em virtude do que seja o ideal, o necessário para que os objetivos que pela educação se espera alcançar, sejam contemplados. Entretanto, se faz imprescindível considerar a distinção feita por Smolka (2001) sobre a arte de ensinar e a relação de ensino, o que compromete a definição do fazer pedagógico e a função de ser professor. A autora esclarece:

A tarefa de ensinar, organizada e imposta socialmente, baseia-se na relação de ensino, mas, muitas vezes, oculta e distorce essa relação. Desse modo a ilusão e o disfarce acabam sendo produzidos, não pela constituição da relação de ensino, mas pela instituição da tarefa de ensinar. Em várias

circunstâncias, a tarefa rompe a relação e produz a “ilusão”. Ou seja, da forma como tem sido vista na escola, a tarefa de ensinar adquire algumas características (é linear, unilateral, estática) porque, do lugar em que o professor se coloca (e é colocado), ele se apodera (não se apropria) do conhecimento; pensa que o possui e pensa que sua tarefa é precisamente dar o conhecimento à criança. Aparentemente, então, o aprendizado da criança fica condicionado à transmissão do conhecimento do professor. (Smolka, 2001, p. 31, grifos da autora).

Sendo assim, evidencia-se que o ensino é uma condição necessária para que a aprendizagem escolar possa acontecer, por ser uma das formas de incentivo para tal. Não que esta seja a única maneira, e que tão pouco “transmitir” conhecimentos o caracterize; mas com a prática efetiva deste, esta poderá acontecer mais eficazmente. Assim como declara Oliveira (1995, p. 57) que a aprendizagem

É um processo pelo qual o indivíduo adquire informações habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos (a capacidade de digestão, por exemplo, que já nasce com o indivíduo) e dos processos de maturação do organismo, independentes da informação do ambiente. Em Vygotsky, justamente por sua ênfase nos processos sociohistóricos, a ideia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo. O termo que ele utiliza em russo (obuchenie) significa algo como “processo de ensino aprendizagem”, incluindo sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre essas pessoas.

E em Vygotsky (1991/1993) se tem o complemento direcionado a este estudo, quando ele ressalta que a aprendizagem é a consequência da reorganização cognitiva propiciada pelo desenvolvimento da linguagem. E segundo o mesmo este está vinculado ao processo de aprendizagem dos signos, principalmente do signo linguístico.

De acordo com a ideologia de Houaiss (dicionário eletrônico), no contexto ao qual se propõe este estudo, considera-se a palavra *desenvolvimento*, como o “aumento das qualidades morais, psicológicas, intelectuais, etc (da inteligência, do espírito, de uma habilidade)”; compreendendo-se que o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, refere-se ao *desenvolvimento* que pressupõe crescimento desse processo a partir de um determinado *status quo*, e tem ideia subjacente a de progresso.

As DCNEM (2010, p. 167) propõe que

o ensino e aprendizagem da língua deve organizar-se em torno da pluralidade de atividades discursivas, o que prevê variedade de textos e gêneros. Ao educador, cabe a tarefa de perceber as necessidades e possibilidades de aprendizagem dos alunos, para planejar, implementar e dirigir atividades didáticas que favoreçam a expansão da capacidade de uso e reflexão da linguagem, em situações significativas. Assim, a organização das situações didáticas deve considerar a linguagem como comunicação ativa a partir do uso que dela se faz na sociedade e favorecer ao aluno, produtor e sujeito dessa atividade linguística, condições para questionar e

refletir sobre sua ação. O educador deve ir além dos itens puramente gramaticais e procurar trabalhar o máximo possível com a prática da linguagem, priorizando a produção e recepção de textos e as suas questões de caráter pragmático e semântico. (...) É necessário (...) possibilitar ao aluno o entendimento e a apropriação dos usos linguísticos adequados a cada situação social.

A proposta para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem em Língua Portuguesa na Educação Básica é que aconteça de forma consistente, não apenas como um conhecimento construído metodicamente, mas como saber vital para que o indivíduo atue em seu meio, se desenvolvendo, progredindo junto com este. Pois

a Língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas. (PCNLP/EF, 1997, p.22)

E de forma mais complexa, a aprendizagem da Língua Portuguesa deve, na conclusão dessa etapa escolar, a Educação Básica, ser considerada como o mecanismo de acesso para a participação do aluno nas diferentes práticas sociais, através do desenvolvimento de habilidades adquiridas com a aquisição dos signos linguísticos, como a leitura, escrita e oralidade, inserindo-o nas diversas esferas de interação.

Assim se fundamentou o objeto de estudo dessa pesquisa sobre o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa nos níveis da Educação Básica, um enfoque predominantemente didático, mas com contribuição do campo pedagógico, filosófico, sociológico e antropológico, fazendo uso da teoria construtivista e sociointeracionista defendida por seus colaboradores; determinando-se, pois, como pergunta geral da investigação: como se desenvolve o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa na Educação Básica, nas escolas públicas do município de Mauriti/Ceará – Brasil?

E como questionamentos mais específicos: como ocorre a formação humana proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais nas aulas de Língua Portuguesa na Educação Básica? Como se desenvolve o ensino-aprendizagem em leitura e escrita na Educação Básica? Qual a contribuição do ensino da Língua Portuguesa para a inserção ativa do aluno no seu espaço social?

Teve-se como objetivo geral da pesquisa, descrever o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa na Educação Básica nas escolas públicas do município de Mauriti/Ceará – Brasil. E como objetivos específicos: verificar como ocorre a formação humana proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais nas aulas de Língua Portuguesa na Educação Básica; determinar como se desenvolve o ensino-aprendizagem em leitura e escrita na Educação Básica;

constatar qual a contribuição do ensino da Língua Portuguesa para a inserção ativa do aluno no seu espaço social.

Considerando a aquisição das competências e habilidades linguísticas como premissas para a aprendizagem nas demais áreas do conhecimento, diante do resultado dessa pesquisa os agentes envolvidos no processo da Educação Básica nas escolas públicas do município de Mauriti/Ceará – Brasil, terão um diagnóstico preciso do atual processo de desenvolvimento do ensino-aprendizagem em Língua Portuguesa em cada nível de ensino. Podendo, de acordo com o objetivo com o qual se propõem a atingi-lo, o fazerem com eficiência e eficácia, assumindo posturas diferenciadas para se obter um resultado satisfatório em determinado nível da educação, podendo fazer diferença no processo educacional deste município.

Tendo ainda uma relevância mais significativa para os professores de Língua Portuguesa do Município, como responsáveis direto pelo ensino dessa área do conhecimento, que dependo da intenção destes com o resultado de sua prática, poderão repensá-la dentro de suas possibilidades, contribuindo de forma significativa para a formação dos seres sociais, pelos quais são responsáveis a partir desse processo: seus alunos.

Para a pesquisa adotou-se uma metodologia de cunho quantitativo e tipo descritivo, com alunos e professores de oito (08) escolas públicas municipais e estaduais, no município de Mauriti-Ce/BR, sendo considerada uma turma do último ano/série de cada nível: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e seus respectivos professores de Língua Portuguesa.

Para a coleta dos dados fez-se uso da observação não participativa nas turmas da Educação Infantil e aplicação de questionário com perguntas objetivas nas turmas do Ensino Fundamental e Médio, contando-se ainda para o desenvolvimento da pesquisa com o embasamento teórico de estudos relacionados às concepções de estudiosos como Kant (1996), Morin (2000), Mendonça (2006), Travaglia (2002), Savater (1998), entre outros, assim como com as teorias legais como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

E assim se projetou este estudo, o qual se estruturou a partir de uma ideologia docente que foi construída com base em vivências em todos os níveis da Educação Básica, desde realidades públicas a privadas, o que servirá de aporte no complemento das fundamentações aqui mencionadas.

2. A formação humana

Pensar na formação do homem através de sua língua é imergir em uma reflexão sobre a existência deste como um ser que vive e convive com seus semelhantes em determinado tempo e espaço, (re) estruturados a partir de um processo contínuo determinado por estes mesmos indivíduos.

Na tentativa de construir uma ideologia plausível sobre a temática, se faz necessário buscar resposta sobre os questionamentos: Que formação deve ter o ser humano? O que deve determinar esta formação? Que características apresenta o sujeito, dito humano? Como acontece esta formação?

Almeida et al. (2009, p. 53) consideram que

Formação tem a ver com formar, com forma. Processo ou conjunto de ações ou de procedimentos que dão forma. Processo constitutivo de uma configuração. O verbo constituir apresenta-se, amiúde, quando se pensa em formação. É dar forma a algo. No caso dos seres humanos pode-se e, julgamos que se deva, falar em dar-se uma forma no conjunto das relações humanas.

Então, a formação para o ser humano não é uma formação específica para si, senão para o seu coletivo *por si*, para as relações que dinamizam e fortalecem a convivência entre este e seu grupo; não sendo possível se pensar na formação humana sem considerar o grupo social e todas as relações que se fazem presentes neste.

E, sendo a educação o próprio meio para se ter a formação humana, seria a educação o processo pelo qual se constitui a humanidade dos humanos ou a humanidade nos humanos? Considerando que a humanidade dos humanos deve ser constituída na própria prática do existir, pela necessidade de convivência com os demais, existiria então, uma humanidade a ser desenvolvida em cada ser a fim de que este seja capaz de conviver melhor com seus semelhantes.

Savater (1998, p. 29) afirma que “Nascemos humanos, mas isso não basta: temos também que chegar a sê-lo”. Depreendendo-se, pois, que o homem necessita de formação e que a educação, é, por excelência, o meio para que esta prática se realize. Mesmo sabendo que nem sempre esta consegue contemplar seus objetivos, senão este, o primordial; e que desta forma compromete a existência de determinados seres em seu espaço social. Mesmo a educação sendo um projeto oriundo dos anseios desta mesma comunidade, se encontrando a mercê da ideologia de um grupo que idealiza e legitima as condições de vida da maioria.

Kant (1996, p. 14) aborda que a educação adequada é aquela que inclui o cuidado, a disciplina e a instrução como formação, enfatizando que “O homem tem necessidade de cuidados e de formação, o que teoricamente caracteriza a educação escolar. A formação compreende a disciplina e a instrução.”

Formação que se desenvolve a partir da relação do homem com o seu meio, o que caracteriza a sua cultura. Que para Morin “A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social”. (Morin, 2000, p. 56)

Assim como Morin, Kant também conceitua instrução como cultura – “pois que assim pode ser chamada a instrução” (...). “Quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem.” (Morin, 2000. p. 16). Assim percebe-se a importância da educação, da formação para o ser humano, ao fazê-lo existir socialmente por si.

E sendo a educação um fazer que se estabelece a partir da convivência, da comunicação entre os envolvidos nesse processo, aqui se encontra o cerne da ideia em apresentação: a língua materna é o recurso pelo qual o homem pode formar-se, já que utiliza este mesmo mecanismo para viver e conviver socialmente.

De modo que, no contexto escolar, se faz necessário que a concepção da formação humana seja construída a partir de uma ideologia capaz de contemplar o ser humano de forma holística, como defende Morin (2004), ao ressaltar que a complexidade humana precisa ser compreendida a partir dos elementos que a constituem, ao defender que “[...] *todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana*” (grifo do autor). (Morin, 2004, p. 55).

3. O desenvolvimento da leitura e da escrita

Partindo da premissa da formação humana pela educação, pelo uso da língua como recurso distintivo do homem em seu meio, o conhecimento dos símbolos linguísticos instituídos pela sociedade como elementos característicos da comunicação, favorece o processo da aprendizagem, das condições propícias para a sobrevivência deste neste espaço. Com o domínio da leitura e da escrita as pessoas exercem seus direitos, trabalham e participam da sociedade com cidadania, se informam e aprendem ao longo de toda a vida.

[...] a prática de leitura é um princípio de cidadania, ou seja, o leitor cidadão, pelas diferentes práticas de leitura, pode ficar sabendo quais são suas obrigações e também pode defender os seus direitos, além de ficar aberto às conquistas de outros direitos necessários para uma sociedade justa, democrática e feliz (Silva, 2005, p. 24).

Sabe-se, porém, que quando não desenvolvidos significativamente, o ato de ler e escrever se constituem percalços para uma aprendizagem expressiva da língua. Como comenta Matêncio (1994) que o problema do ensino-aprendizagem da Língua está relacionado à associação das letras e à diversidade de símbolos que o aluno precisa reconhecer, e a forma como esta concepção é abordada em sala pelo professor; muitas vezes se transmitindo que as letras se definem por símbolos representativos dos sons e da fala, sendo, pois, a escrita originária da oralidade.

Mas a autora chama à atenção de que a concepção da escrita, mesmo estabelecendo uma relação com a fala, encontra-se mais relacionada a símbolos que antecedem à fala, como os diversos símbolos existentes socialmente, os quais possuem representações e funções diversas; devendo o aluno desenvolver seu conhecimento cognitivo para que possa decodificá-los e compreender as informações transmitidas por estes.

Assim sendo, nota-se que se comprometendo o desenvolvimento da escrita, etapa inerente ao desenvolvimento da leitura, esta também é afetada; visto que uma precede a outra. Podendo-se perceber ainda que este fator interfere na motivação dos alunos quanto à prática da leitura, havendo a necessidade do letramento, como condição para a existência de uma aprendizagem significativa, seja no espaço escolar, seja no social, tanto da escrita como da leitura.

Dinâmica que não deve excluir a análise linguística como um dos recursos oferecidos pela língua, com a finalidade de se perceber a real necessidade e funcionalidade do ensino de seu uso. Ressaltando-se, a princípio, que este estudo não deve ocorrer apenas para proteger ou conservar a composição da Língua, mas para auxiliar os falantes no conhecimento de sua própria língua materna.

Reconhecendo que, como afirma Travaglia (2002),

A língua não pode ser concebida com uma questão de certo ou errado, como um conjunto de palavras que pertencem a determinadas classes gramaticais que unidas formam frases para se analisar sintaticamente seus elementos. A língua vai além dessa ingênua constatação. Ela nos constitui e nos constituímos por meio dela. Socializamos-nos, interagimos, desenvolvemos nosso sentimento de pertencimento a um grupo, a uma sociedade. Por seu intermédio revelamos nossa ideologia, bem como através dela, o indivíduo mobiliza crenças, mexe com valores, institui e reforça poderes.

Assim, com base em uma visão sociointeracionista da língua, a proposta apresentada por Mendonça (2006) para o ensino-aprendizagem desta, seria considerar a análise linguística, juntamente com a leitura e a produção textual, eixos norteadores do estudo sobre esta, visto que os fenômenos linguísticos acontecem de acordo com os discursos produzidos, ou seja, “de acordo com quem diz o quê, para quem, com que propósito, em que gênero, em que suporte [...]” (Mendonça, 2006, p. 2006).

4. A inserção social

Deve ser considerada a inclusão social o ensejo pelo qual se necessita oferecer aos indivíduos que se encontram no contexto escolar, a oportunidade de desenvolverem as habilidades da leitura e da escrita, com a perspectiva do

‘letramento’, momento no qual a inserção social será promovida, concomitantemente; oferecendo ao sujeito aprendiz a condição para o exercício pleno de sua cidadania. Como pondera Silva (2007, p. 2), que “[...] promover o letramento é mais que uma política social, é uma palavra de ordem para a participação na vida em sociedade”.

Ao se rememorar um pouco o passado histórico brasileiro, é possível perceber que até o final do Império, o Brasil reduziu o acesso à escola, mantendo o sistema de ensino com características de um processo classificatório, excluindo uma quantidade considerável de brasileiros do acesso ao conhecimento das letras. Época em que o país não reconhecia a educação como direito de todos, porque nesse cenário, para contribuir com o desenvolvimento do país como mão de obra, não havia a necessidade das habilidades da leitura e da escrita; já que se tinha uma economia de base agrícola.

Lembrando-se que, o indivíduo só se torna capaz de fazer uso eficaz destas habilidades socialmente, se adquire-las pelo letramento, abolindo a marca do analfabetismo como característica social. O que o país precisou de algum tempo para reconhecer – se é que de fato, conseguiu superar esta realidade.

É lamentável saber que apenas por questões políticas, o analfabetismo passou a ser visto como um problema para a sociedade; fato acontecido no final do Império, com a Lei Saraiva, de 1882³, que proibia o voto dos analfabetos⁴ e “[...] se fortaleceu pela maior circulação de ideias do liberalismo e pelo sentimento patriótico suscitado pela divulgação internacional da taxa de analfabetismo revelada pelo censo de 1890, já no período republicano” (Mortatti, 2004, p.17).

Observando-se ainda que, atualmente, este grupo continua sendo problema para a sociedade, como vítimas de políticas públicas, algumas ditas equitativas, não passando de projetos compensatórios, já que este pequeno grupo dominante usa essa grande ‘massa’ como ‘suporte’ para alcançar os seus objetivos políticos, uma vez que ainda consideram este grupo, pejorativamente, como ignorantes, desinformados, ‘pobres’.

De fato, falta assistência a este grupo. O que deve partir da formação humana desses seres, para poderem, em condição de igualdade, contribuir na construção da sociedade que considerarem digna para viver. Processo que se desenvolve através da comunicação, dos conhecimentos necessários para atender às demandas sociais – que por ser uma sociedade grafocêntrica, exige o domínio das habilidades da leitura e da escrita – e assim, das possibilidades de sobrevivência que a ‘língua’ oferece aos seus usuários, pelos vastos conhecimentos aos quais ela pode levá-los a ter.

³ Lei da Câmara de Deputados de 1881/ Lei Saraiva, de 1882.

⁴ O voto (facultativo) dos analfabetos somente voltou a ser garantido na Constituição de 1988, ou seja, mais de século depois.

Resende (2000) elenca, neste contexto, que as habilidades da leitura e da escrita são de suma importância para que o sujeito sobreviva ativamente em sociedade:

A análise do ato de ler torna-se fundamental em um mundo onde a escrita é vista de maneira absolutamente positiva e indispensável na circulação de ideias. Em nossa cultura, com base grafocêntrica, o acesso à leitura é considerado como algo essencial, uma vez que torna possível ao indivíduo a obtenção de benefícios indiscutíveis: aquisição de conhecimentos e de aprimoramento cultural, forma de lazer e de prazer estético, ampliação das condições de interação e de convívio social, entre outros. (Resende, 2000, p. 17)

Nota-se, pois, que o ensino de Língua Portuguesa, o conhecimento do código linguístico, pode ser considerado como fonte essencial de autonomia para o sujeito, condição para sua participação social de modo responsável, por ser condição para agir e interagir socialmente, dignificando sua existência com tal.

Conclusão

Diante desta investigação, pesquisa tida como quantitativa, o que fundamentou seu resultado de modo descritivo, e de acordo com os objetivos propostos, fez-se a análise seguinte, apresentando-se o resultado percentual de acordo com os instrumentos de pesquisa.

Em relação ao primeiro objetivo: verificar como ocorre a formação humana proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais nas aulas de Língua Portuguesa na Educação Básica, pode-se afirmar que nas escolas públicas de Mauriti-Ce – BR a formação humana é desenvolvida nas aulas de Língua Portuguesa, acreditando-se que esta prática da rede municipal de ensino possa fazer diferença na vida desses docentes e discentes, já que ao serem observados ou questionados, alunos e professores, apresentaram respostas semelhantes.

Este processo se desenvolve a partir de momentos proporcionados, estimulados e vivenciados por professores e alunos, considerando as diversas vivências de uso da Língua nos espaço de convivência destes indivíduos, como recurso que favorece o desenvolvimento integral destes, considerado, por 100% dos alunos observados; por 94% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e por 100% dos professores; a vivência dos valores humanos, apresentada por 100% dos alunos observados, por 82% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e por 100% dos professores, e as formas de uso da Língua para a inserção ativa do indivíduo em seu espaço social, afirmado, por 100% dos alunos observados; por 93% dos alunos do Ensino Fundamental e 97% dos alunos do Ensino Médio, ou seja, 95% destes alunos e por 100% dos professores.

O que acontece através do desenvolvimento das habilidades linguísticas, dos aspectos afetivos e emocionais, ou seja, dos sentimentos e valores humanos

(relativos e absolutos), com predomínio da racionalidade e a promoção da autonomia individual. Práticas reconhecidas como as contribuições das formas de uso da Língua para a formação e inserção ativa do indivíduo em seu espaço social.

Com base no segundo objetivo: determinar como se desenvolve o ensino-aprendizagem em leitura e escrita na Educação Básica, depreende-se que este processo ainda não está se desenvolvendo de modo totalmente satisfatório, o que foi demonstrado por alunos e professores.

Verificando-se que os gêneros textuais como as formas sociais de uso da Língua são adotados como objeto de estudo, considerado, por 100% dos alunos observados; por 96% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e por 100% dos professores. Que as aulas de Língua Portuguesa têm como finalidade o letramento, declarado, por 100% dos alunos observados; por 94% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e por 100% dos professores e que o uso da leitura e escrita é tido como prática para o exercício da cidadania, apresentado, por 100% dos alunos observados; por 88% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e por 100% dos professores;

Mas também foi possível depreender que a gramática é considerada, no dia a dia, como as regras a serem seguidas para se aprender a falar e escrever corretamente, afirmado, por 67% dos alunos observados; por 95% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e por 100% dos professores. E que os gêneros textuais escritos são usados com mais frequência que os orais, declarado, por 67% dos alunos observados; por 67 % dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e por 61% dos professores.

E sobre o terceiro objetivo: constatar qual a contribuição do ensino da Língua Portuguesa para a inserção ativa do aluno no seu espaço social, pôde-se verificar que esta contribuição é significativa para a eficácia do processo ensino-aprendizagem. Tendo se depreendido que há a demonstração da apropriação da cultura nas aulas (variações do uso da Língua, os vínculos afetivos, crenças, hábitos e costumes sociais) considerado, por 100% dos alunos observados; por 96% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e por 100% dos professores.

Que as vivências com as formas de uso social da Língua nas aulas são tidas como planejamento para a melhor interação com seu meio social, afirmado por 100% dos alunos observados; por 93% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e por 100% dos professores; e que a competência discursiva é favorecida como possibilidade para a prática da cidadania, declarado por 100% dos alunos observados; por 97% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e por 100% dos professores.

Portanto, pode-se afirmar, que o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa nos níveis da Educação Básica nas escolas públicas do município de Mauriti – Ce/Brasil, apresenta-se, em contexto geral, contribuindo para o desenvolvimento humano integral dos mauritienses, nos aspectos linguístico-cultural, afetivo-emocional, social, ainda que, com algumas práticas a serem reconsideradas.

Referências

ALMEIDA et al. **Filosofia e Formação Humana**. Notandum Libro-13. 2009. CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto. Disponível em www.hottopos.com/notand_lib_13/ffhum. Acesso em: 03/jul/2017

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 14/11/2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Conselho Nacional da Educação. Brasília, 2013

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais**. Educação. Santa Maria. Vol. 32. n.1. p. 21-39. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1996.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Escrita e leitura: natureza do processo**. In: Leitura, produção de textos e escola. Reflexões sobre o processo de letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

MENDONÇA M; BUNZEN C. – (orgs). **Português no Ensino Médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. (Estratégias de ensino;2)

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro** / Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky. Aprendizado e desenvolvimento: um processo sociohistórico**. São Paulo: editora Scipione, 1995.

RESENDE, Andréa Andrade Siqueira de. — **O desafio de formar leitores**. II In. Presença Pedagógica. Belo Horizonte: Dimensão, vol. 6, nº 34, 2000.

SARTI, Francisco Cavalcante. **A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. 2ª edição. SP. Editora Cortez, 2003.

SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SILVA, Vanessa Souza da. **Conferências sobre leitura: trilogia pedagógica**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **Letramento e escolarização: da colônia à década de 1930 do século XX**. Anais do I Encontro de História do Estado Rio de Janeiro (Universidade Federal Fluminense). Niterói: H. P. Comunicações Associados, 2007.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TRAVAGLIA, L. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º grau**. 1ª edição. São Paulo: Cortez. 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.